



Vicunha Siderurgia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº 02.871.007/0001-04
NIRE 35.300.176.669



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2011

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras e notas explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, da Vicunha Siderurgia S.A.
A Empresa não manteve, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, contrato firmado com seus auditores independentes para prestação de outros serviços que não o de auditoria externa e, portanto, 100% (cem por cento) das despesas de auditoria de 2011 referem-se a serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras.

A Administração da Vicunha Siderurgia S.A. agradece o apoio e a confiança depositada por parte de seus acionistas, instituições financeiras e demais colaboradores.

São Paulo, 30 de março de 2012.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010		2011	2010		
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.435.805	10.270.485	18.412	31.207					
Contas a receber	6	1.616.206	1.367.759	444.100	301.772					
Estoques	7	3.734.984	3.355.786							
Tributos a recuperar		587.459	481.986	3.186	8.199					
Outros ativos circulantes	8	591.450	357.078							
Total do ativo circulante		21.965.904	15.833.094	465.698	341.178					
Não Circulante										
Realizável a longo prazo										
Títulos e valores mobiliários		139.679	112.484							
Contas a receber		10.043	58.485							
Tributos diferidos	9	1.906.175	1.677.902	65.402	84.961					
Créditos com partes relacionadas			479.120							
Outros ativos não circulantes	10	2.898.358	3.676.080	32.132						
		4.954.255	6.004.071	97.534	84.961					
Investimentos										
Intangível	13	603.374	462.456							
Total do ativo não circulante		25.022.930	22.346.718	3.919.195	3.737.662					
TOTAL DO ATIVO		46.988.834	38.179.812	4.384.893	4.078.840					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Circulante										
Obrigações sociais e trabalhistas		202.469	164.799							
Fornecedores		1.232.075	623.233							
Obrigações fiscais		325.135	275.997					3	6	
Empréstimos e financiamentos	14	2.702.083	1.308.632							
Outras obrigações	16	1.708.174	1.891.017					423.830	337.838	
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	19	292.178	222.461							
Outras provisões		14.566	5.888							
Total do passivo circulante		6.476.680	4.492.027	423.833	337.844					
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	14	25.186.505	18.780.815							
Outras obrigações	16	5.622.147	4.349.301					28.627	27.635	
Tributos diferidos	9	37.851								
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	19	377.736	2.045.467					31.451	28.625	
Benefícios a empregados		469.050	367.840							
Outras provisões		322.374	289.640							
Total do passivo não circulante		32.015.663	25.833.063	60.078	56.260					
Patrimônio líquido										
Capital social integralizado		1.181.499	1.181.499	1.181.499	1.181.499					
Reservas de capital		18.664	18.664	18.664	18.664					
Reservas de lucros		3.354.897	2.564.977	3.354.897	2.564.977					
Outros resultados abrangentes		(654.078)	(80.404)	(654.078)	(80.404)					
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		3.900.982	3.684.736	3.900.982	3.684.736					
Participação acionistas não controladores		4.595.509	4.169.986							
Total do patrimônio líquido		8.496.491	7.854.722	3.900.982	3.684.736					
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.988.834	38.179.812	4.384.893	4.078.840					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos produtos e serviços vendidos		(9.800.844)	(7.882.726)		
LUCRO BRUTO		6.718.740	6.567.784		
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas		(604.108)	(481.978)		
Despesas gerais e administrativas		(576.483)	(537.552)	(898)	(695)
Resultado da equivalência patrimonial	11			1.773.543	1.204.232
Outras despesas	25	(517.608)	(607.357)	(16.306)	(7.933)
Outras receitas	25	719.177	48.821		
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		5.739.718	4.989.718	1.756.339	1.195.604
Despesas financeiras	26	(2.731.427)	(2.555.061)	(8.174)	(463)
Receitas financeiras	26	728.621	648.326	11.171	5.186
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.736.912	3.082.983	1.759.336	1.200.327
Imposto de renda e contribuição social	9	(137.755)	(479.743)	(53.870)	90.954
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.599.157	2.603.240	1.705.466	1.291.281
Atribuível à:					
Participação dos acionistas controladores		1.705.466	1.291.281		
Participação dos acionistas não controladores		1.893.691	1.311.959		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$					
Básico	28	1,62591	1,23104	1,62591	1,23104
Diluído	28	1,62591	1,23104	1,62591	1,23104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício		3.599.157	2.603.240	1.705.466	1.291.281
Outros Resultados abrangentes					
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	93.340	(33.162)	93.340	(33.162)	
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(35.572)	(13.688)	(35.572)	(13.688)	
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda transferidos para resultado	(334.110)		(334.110)		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(297.332)	246.732	(297.332)	246.732	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		3.025.483	2.803.122	1.131.792	1.491.163
Atribuível à:					
Participação dos acionistas controladores	1.131.792	1.491.163	1.131.792	1.491.163	
Participação dos acionistas não controladores	1.893.691	1.311.959			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Receitas					
Vendas mercadorias, produtos e serviços		19.525.854	17.054.701		
Outras receitas/despesas		632.798	(11.707)		
Provisão/rev. créditos. liquidação duvidosa		(990)	(4.722)		
Total		20.157.662	17.038.272		
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos prods., mercs. e servs. vendidos		(8.591.341)	(6.950.839)		
Materiais/energia/servs. terceiros/outros		(1.415.604)	(1.297.071)	(898)	(698)
Perda/recuperação de valores ativos		(21.935)	(17.861)		
Total		(10.028.880)	(8.265.771)	(898)	(698)
Valor adicionado bruto		10.128.782	8.772.501	(898)	(698)
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	12.b	(948.251)	(814.034)		
Valor adicionado líquido produzido		9.180.531	7.958.467	(898)	(698)
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11			1.773.543	1.204.232
Receitas financeiras/variações cambiais ativas		2.828.838	62.878	11.171	5.186
Outros		9.402	4.080		
Total		2.838.240	66.958	1.784.714	1.209.418
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		12.018.771	8.025.425	1.783.816	1.208.720
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal					
Remuneração direta		1.132.384	996.392		
Benefícios		270.825	254.569		
FGTS		82.694	74.156		
Impostos, taxas e contribuições		2.095.476	2.106.716	70.176	(83.024)
Federais		1.563.963	1.717.358	70.176	(83.024)
Estaduais		505.185	355.556		
Municipais		26.328	33.802		
Remuneração de capitais de terceiros		4.838.235	1.990.352	8.174	463
Juros		4.831.644	1.967.722	8.174	463
Aluguéis		6.591	22.630		
Remuneração de capitais próprios		3.599.157	2.603.240	1.705.466	1.291.281
Juros sobre o capital próprio					
Dividendos					
Lucros retidos		1.705.466	1.291.281	1.705.466	1.291.281
Participação dos não controladores		1.893.691	1.311.959		
Total		12.018.771	8.025.425	1.783.816	1.208.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		3.599.157	2.603.240	1.705.466	1.291.281
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos		2.650.622	1.489.191		
Depreciação/exaustão/amortização	12.b	948.251	814.034		
Resultado na baixa e alienação de bens		54.727	5.827		
Resultado de participações societárias	11			(1.773.543)	(1.204.232)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(35.126)	116.314	17.416	(90.954)
Provisão swap		110.009	126.492		
Realização de título disponível para venda		(698.164)			
Provisão para perda títulos a receber			(46.675)		
Provisão passivo atuarial		(11.412)	2.393		
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis		67.712	199.558	4.966	
Variações monetárias e cambiais líquidas		(250.728)	68.963	(645)	11.844
Outras provisões		(19.462)	(76.561)		4.009
Total		6.415.586	5.302.776	(46.340)	11.948
(Aumento) Redução dos Ativos					
Contas a receber		(339.427)	143.250		
Estoques		(410.264)	(794.331)		
Créditos com investidas		530.247	24.892	888.581	758.142
Depósitos judiciais		(49.154)	(33.822)	(28.901)	
Impostos a compensar		21.713	308.076	5.013	10.652
Total		(246.885)	(351.935)	864.693	768.794
Aumento (Redução) dos Passivos					
Fornecedores		544.300	11.959		(5)
Salários e encargos sociais		(47.072)	(36.757)		
Tributos		135.762	(128.350)	(3)	(26.627)
Tributos parcelados REFIS					



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reservas de lucros			Resultados Abrangentes			Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Lucro na alienação de ações	Legal	Estadutária	A realizar	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(Perdas)/ ganhos atuariais de plano de benefícios definido			Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.181.499	18.664	236.299		637.126	579.786								
Aprovação de dividendos propostos exercício 2009						(579.786)	(579.786)							
Ganho/Perda Plano de Pensão								11.841						
Lucro Líquido do exercício								1.291.281						
Destinações														
- Dividendos declarados (R\$ 307,76 por lote de mil ações)								(322.820)						
- Destinação proposta à Assembleia Geral (R\$ 466,36 por lote de mil ações)														
Reserva de lucros a realizar					1.202.372	489.180	489.180	(489.180)						
Resultados abrangentes									(33.162)	(13.688)	246.732	199.882	199.882	199.882
Participação dos não controladores													(617.785)	(617.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.181.499	18.664	236.299		1.839.498	489.180	2.564.977		(329.545)	(15.255)	264.396	(80.404)	3.684.736	4.169.986
Aprovação de dividendos propostos exercício 2010						(489.180)	(489.180)							
Lucro Líquido do exercício								1.705.466						
Destinações														
- Dividendos declarados (R\$ 406,48 por lote de mil ações)								(426.366)						
- Destinação proposta à Assembleia Geral (R\$ 151,23 por lote de mil ações)														
Reserva Estatutária				2.959.964	(1.839.498)			158.634	158.634	(158.634)				
Resultados abrangentes									93.340	(35.572)	(297.332)	(239.564)	(239.564)	(239.564)
Resultado com ativos disponíveis para venda										(334.110)	(334.110)	(334.110)	(334.110)	(334.110)
Participação dos não controladores													(1.468.168)	(1.468.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.181.499	18.664	236.299	2.959.964		158.634	3.354.897		(236.205)	(367.047)	(654.078)	3.900.982	4.595.509	8.496.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade ("Vicunha" ou "Controladora") constituída em 1998 é uma holding cuja atividade preponderante é a participação societária no capital de outras. O investimento principal é a participação acionária na Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"). A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC).

As principais atividades operacionais da CSN estão divididas em 5 segmentos:

• Siderurgia:

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos e Portugal com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

• Mineração:

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de graneis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

• Cimentos:

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios: a CSN Cimentos, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da CSN Cimentos, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros.

Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

• Logística:

Ferrovias:

A CSN tem participação em duas Companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Portos:

A CSN opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

• Energia:

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a CSN tem investido em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos da CSN na nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

2 RESUMOS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Vicunha e controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

Alguns saldos relativos ao exercício de 2010 foram reclassificados para permitir melhor comparabilidade com 2011.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 30 de março de 2012.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic e Mugen conforme demonstrado a seguir:

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2011	31/12/2010	
Participação direta: consolidação integral			
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	47,86	47,86	Siderurgia e Mineração
Participação indireta: consolidação integral			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
Tanqua Inc.	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S.L. (1)	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L. (2)	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Metals S.L. (3)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L. (4)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L. (5)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A.	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Aços Longos S.A. - Incorporada pela controlada em 28/01/2011		99,99	Indústria e comércio de produtos siderúrgicos e/ou metalúrgicos
Florestal Nacional S.A. (6)	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de estanho
Cia. Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
Inal Nordeste S.A. - Incorporada pela controlada em 30/05/2011		99,99	Centro de serviços de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística S.A.	70,91	76,45	Logística ferroviária
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda. (7)	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda. (8)	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S.A.	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2011	31/12/2010	
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A. (9)	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH (10)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Itamambuca Participações S.A. - Incorporada pela CSN Cimentos em 30/05/2011		99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas (11)	59,17		Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A. (11)	58,08		Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA (11)	58,98		Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda. (11)	58,98		Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda. (11)	58,98		Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Empresa de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste (11)	58,98		Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM (11)	58,98		Produção e comercialização de latas e atividades afins
Participação indireta: consolidação proporcional			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
MRS Logística S.A.	27,27	22,93	Transporte ferroviário
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Aceros Del Orinoco S.A.	22,73	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (12)	50,00		Prestação de serviços
Namisa International Minérios SLU	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
MRS Logística S.A.	6,00	10,34	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	9,08	9,08	Companhia dormente
Aloadus Handel GmbH (10)	60,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias

- (1) Nova razão social da CSN Energy S.à.r.l., alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (2) Nova razão social da CSN Export S.à.r.l., alterado em 09 de agosto de 2011.
- (3) Nova razão social da CSN Overseas S.à.r.l., alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (4) Nova razão social da CSN Panamá S.à.r.l., alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (5) Nova razão social da CSN Steel S.à.r.l., alterado em 17 de dezembro de 2010.
- (6) Nova razão social da Itaguaí Logística S.A., alterado em 27 de dezembro de 2010.
- (7) Nova razão social da CSN Madeira Lda., alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (8) Nova razão social da Hickory-Comércio Internacional e Serviços Lda., alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (9) Nova razão social da CSN Cement S.à.r.l., alterado em 18 de junho de 2010.
- (10) Sociedades passaram a ser controladas em 03 de novembro de 2011.
- (11) Sociedades passaram a ser controladas em 12 de julho de 2011.
- (12) Participação adquirida em 05 de dezembro de 2011.

• Fundos exclusivos

Fundos Exclusivos	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2011	31/12/2010	
Participação indireta: consolidação integral			
DIPLIC - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação: Os ganhos não realizados em transações com controladas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Vicunha e controladas.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

• Controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

• Transações e participações de não controladores

A Vicunha e controladas tratam as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Demonstração financeira individual

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

(d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras das subsidiárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Vicunha e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2011 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior. Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 31 de dezembro de 2011, US\$ 1 equivale a R\$ 1,8758 (R\$ 1,6662 em 31 de dezembro de 2010), EUR 1 equivale a R\$ 2,4342 (R\$ 2,2280 em 31 de dezembro de 2010), A\$ 1 equivale a R\$ 1,9116 (R\$ 1,6959 em 31 de dezembro de 2010) e JPY 1 equivale a R\$ 0,02431 (R\$ 0,0205 em 31 de dezembro de 2010). Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente convertíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

(f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa provisão.

(g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas.

As perdas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

(h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentem moeda funcional diferente da controlada, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Controladora e controladas bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Vicunha e CSN.

(i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Vicunha e controladas. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Vicunha e controladas reconhecem a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (vide nota 3).

(j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica remanescente dos bens conforme nota 12. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos. As controladas reconhecem no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

(k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

• Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil econômica estimada de 01 a 05 anos.

(l) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuariado qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). A condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

As Controladas optaram por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado se houver a extinção do plano.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores das controladas nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. As Controladas reconhecem um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

(n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo.

(o) Concessões

As Controladas possuem concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

(p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da CSN (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da CSN até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da CSN.

(q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

(r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(t) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Vicunha e controladas não possuem potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro por ações diluído é igual ao lucro por ações básico.

(u) Custos ambientais e restauração de áreas

As controladas constituem provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

(v) Pesquisa e desenvolvimento

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 6.532 (R\$ 4.314 em 31 de dezembro de 2010).

(w) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

• Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Vicunha e controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenha sido transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorre. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Vicunha e controladas de receberem os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Vicunha e controladas de receberem pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Vicunha e controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ii. Impairment de ativos financeiros

A Vicunha e controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Vicunha e controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• Ativos classificados como disponíveis para venda

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

As controladas efetuaram a análise de "*impairment*" de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 15.

iii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

• Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

• Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Instrumentos derivativos e atividades de hedge

• Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora as controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

• Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior

Qualquer ganho ou perda do instrumento relacionado com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

(x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva das controladas para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 26).

(y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Vicunha e controladas irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Vicunha e controladas reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

As Controladas possuem incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

(z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Norma	Descrição	Vigência
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordos de Participação	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente	1º de julho de 2012
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes	1º de janeiro de 2012
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e <i>Joint Ventures</i>	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície	1º de janeiro de 2013

Estes *Standards*, emendas e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 2012 e 2013, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo, pelo IFRIC 20 *Shipping Costs in the Production Phase of a Surface Mine* que pode impactar na contabilização da remoção de resíduos no ativo não circulante e pelos IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pelo Grupo. O Grupo não espera adotar esse *standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários e/ou Conselho Federal de Contabilidade.

3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 12 de julho de 2011 a CSN, por meio de sua subsidiária integral "Prada", efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), mediante a capitalização de créditos. Desta forma, as controladas passaram a deter o controle da CBL, por meio de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante, representada por 784.055.451 ações ordinárias ("Aquisição").

Com a aquisição do controle da CBL serão geradas sinergias operacionais e administrativas, que gerarão redução dos custos de produção, custos logísticos e administrativos.

Conforme mencionado na nota 2(i) foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação dos não controladores. A participação dos não controladores na CBL equivalente a 40,83% foi determinada proporcionalmente, com base no valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Existem acionistas não controladores que estão na estrutura societária do grupo controlador da CSN.

O custo de aquisição de R\$ 43.316 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros das entidades adquiridas. Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$ 485 incluídos no resultado do exercício, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da CBL, e a determinação do "*goodwill*" resultante.

	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativos adquiridos e passivos assumidos			
Ativo Circulante	62.182	(7.465)	54.717
Ativo Não Circulante (*)	44.718	89.449	134.167
Passivo Circulante	(144.225)	10.522	(133.703)
Passivo Não Circulante (**)	(567.469)	351.035	(216.434)
Total ativos adquiridos e passivos assumidos	(604.794)	443.541	(161.253)

(*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$ 90.572. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$ 123.518.

(**) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo em créditos com a CSN no montante de R\$ 388.640.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2011.

Goodwill resultante da aquisição

(-) Valor patrimonial da CBL (604.794)

(+) Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos 443.541

(=) Total valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (161.253)

Preço de compra considerado 43.316

(=) Goodwill resultante da aquisição 204.569

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*"), originado na aquisição, consiste principalmente de sinergias esperadas pela combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL, conforme nota 13.

A combinação de negócios com a Companhia Brasileira de Latas, ocorrida em 12 de julho de 2011, está sob apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

4 SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Transações com a Controladora

Durante os períodos de 2010 e 2011 a Vicunha Siderurgia destinou à Vicunha Aços o montante indicado no quadro abaixo:

	Dividendo mínimo obrigatório	Dividendo adicional proposto
Total em 31/12/2011	426.367	158.910
Total em 31/12/2010	322.860	489.180

A Vicunha Aços é uma Companhia cujo objeto social é a participação em outras sociedades sendo que, atualmente, sua única participação societária, principal ativo e fonte de receita é a participação indireta no capital da CSN, através da Vicunha Siderurgia.

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

Vicunha Aços S.A. - detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.
 Vicunha Steel S.A. - detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.
 National Steel S.A. - detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.
 CFL Participações S.A. - detém participação de 40% na National Steel S.A. e 39,99% na Vicunha Steel S.A.
 Rio Purus Participações S.A. - detém participação de 60% na National Steel S.A., 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

(b) Transações com controladas

A Vicunha Siderurgia é uma holding cujo objetivo social é a participação em outras sociedades. Atualmente seu único investimento é participação acionária na Companhia Siderúrgica Nacional. As principais atividades da CSN são a produção de aços planos e a produção de minério de ferro.

As transações com a CSN são demonstradas a seguir:

	Pagos		
	Dividendo mínimo obrigatório	Dividendo adicional proposto	JCP propostos
Total em 31/12/2011	443.386	130.881	574.267
Total em 31/12/2010	130.701	587.524	889.038

(c) Outras partes relacionadas

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

Os saldos das transações entre a controladora e essa entidade estão demonstrados a seguir:

	Ativo	
Empresa	Aplicação Financeira	Total
Banco Fibra	18.378	18.378
Total em 31/12/2011	18.378	18.378
Total em 31/12/2010	31.162	31.162

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	101.394	156.625	34	45
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	646.594	477.529		
Títulos privados e debêntures (*)	2.035.397	2.165.526	18.378	31.162
	2.681.991	2.643.055	18.378	31.162
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	12.652.420	7.470.805		
Total das Aplicações Financeiras	15.334.411	10.113.860	18.378	31.162
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.435.805	10.270.485	18.412	31.207

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimentos exclusivos, com operações comprometidas lastreadas em títulos públicos e privados e com liquidez imediata. Adicionalmente, parte significativa dos recursos financeiros das controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha.

Os fundos exclusivos das controladas, administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os cotistas do fundo podem ser chamados a garantir o patrimônio líquido em caso de perdas decorrentes de alterações de taxa de juros, câmbio ou de outros ativos financeiros.

(*) **Títulos privados:** Aplicações financeiras no consolidado no montante de R\$ 1.910.289 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.017.649 em 31 de dezembro de 2010) e na controladora no montante de R\$ 18.378 e R\$ 31.162 respectivamente, lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

Debêntures: Aplicações no consolidado no montante de R\$ 64.745 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 54.815 em 31 de dezembro de 2010), da controlada em conjunto MRS, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

6 CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	982.129	846.507		
Mercado externo	701.807	530.356		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(124.939)	(117.402)		
	1.558.997	1.259.461		
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (*)			444.100	301.772
Contas a receber com controladas e controladas em conjunto	1.557	17.318		
Outros créditos	55.652	90.980		
	57.209	108.298	444.100	301.772
	1.616.206	1.367.759	444.100	301.772

(*) Dividendos a receber da controlada Companhia Siderúrgica Nacional

A fim de atender a necessidade de alguns clientes do mercado interno, referente ao alongamento do prazo de pagamento no faturamento de aço, em comum acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curtíssimo prazo (até 14 dias), a pedido do cliente, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação negociada entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a CSN cede as duplicatas/títulos de sua emissão aos bancos de relacionamento comum.

Pela característica das operações de cessão de crédito sem coobrigação, a CSN após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos proveniente do fechamento de cada operação, liquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação.

Essa operação totaliza um montante de R\$ 262.367 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 247.680 em 31 de dezembro de 2010), deduzido do contas a receber.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes das controladas são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(117.402)	(164.077)
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(20.005)	(7.439)
Recuperação de créditos	12.468	54.114
Saldo final	(124.939)	(117.402)

7 ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	997.128	1.015.534
Produtos em elaboração	776.918	588.668
Matérias-primas	847.598	638.857
Almoxarifado	897.940	800.090
Minério	215.400	312.637
	3.734.984	3.355.786

As movimentações na provisão para perdas de estoques são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(64.115)	(50.306)
Provisão para baixa rotatividade e obsolescência	(19.030)	(13.809)
Saldo final	(83.145)	(64.115)

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objetos de constituição de provisões.

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas possuíam estoques de longo prazo de minério de ferro no valor de R\$ 144.483, classificados em outros ativos não circulantes (R\$ 130.341 em 31 de dezembro de 2010).

8 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes possui a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Antecipação de impostos	104.733	89.596
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 15 V)	407.467	254.485
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 15)	55.115	
Despesas Antecipadas	24.135	12.997
	591.450	357.078



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais de imposto de renda	425.406	4.944		
Bases negativas de contribuição social	157.858	1.871		
Diferenças temporárias	1.322.911	1.671.087	65.402	84.961
- Provisão para contingências	211.835	240.753		
- Provisão para perdas em ativos	60.930	27.915		
- Provisão para perdas de estoques	30.814	26.012		
- Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros	253.985	183.169		
- Provisão para pagamentos planos previdência privada	144.066	103.033		
- Provisão para JCP	65.476	206.312	65.402	84.961
- Provisão vendas a longo prazo	1.221	1.221		
- Provisão para consumos e serviços	67.445	43.828		
- Provisão para devedores duvidosos	45.342	145.390		
- Ágio na incorporação	371.153	599.730		
- Outras	70.644	93.724		
Ativo Não Circulante	1.906.175	1.677.902	65.402	84.961
Diferido Passivo				
- Ajuste vida útil imobilizado	37.776			
- Outras (*)	75			
Passivo Não Circulante	37.851			

(*) Referente a uma única jurisdição, portanto apresentado pelo líquido.

Algumas Companhias do grupo CSN registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração.

Em julho de 2010, a CSN aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e optou por compensar parte do saldo em 31 de dezembro de 2009 da parte B do LALUR dos créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no valor de R\$ 110.192 e R\$ 39.669, respectivamente, com as quatro últimas parcelas do programa de recuperação fiscal, modalidade débitos inscritos nos termos da Medida Provisória nº 470/2009 parcelados em 12 meses, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que possam modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido são revisados trimestralmente e as projeções anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela referida instrução e do limite de 30% do lucro real.

Algumas subsidiárias da CSN possuem créditos fiscais no montante de R\$ 536.886 e R\$ 167.504 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$ 54 expiram em 2012, R\$ 9.726 em 2013, R\$ 696 em 2014, R\$ 27.976 em 2015, R\$ 15 em 2016, R\$ 46 em 2017 e R\$ 44.138 em 2025. O restante dos créditos fiscais refere-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.

O crédito fiscal sobre o ágio da Nacional Minérios S.A., originado na incorporação da Big Jump em julho de 2009, foi de R\$ 1.391.858. Até 31 de dezembro de 2011 foi realizado o montante de R\$ 672.732 (R\$ 394.360 até o ano de 2010), restando R\$ 719.126, que será realizado até 2014. Em 2012 e 2013, essa realização será de R\$ 278.372 ao ano, e no último ano, em 2014, o benefício será de R\$ 162.382.

Os lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da CSN foram investidos e continuam a serem investidos em suas operações. Estes lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da CSN totalizaram R\$ 8.033.902 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.434.537 em 31 de dezembro de 2010).

(c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social (perdas)/ganhos		
Ganhos/(perdas) atuariais de plano de benefício definido	163.931	125.065
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.484	75.522
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	425.510	433.297

(d) Incentivos fiscais

As controladas usufruem de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual e Fundos do Direito da Criança e do Adolescente. Em 31 de dezembro de 2011, somavam o montante de R\$ 1.914 (R\$ 8.160 em 31 de dezembro de 2010).

10 OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos não circulantes possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.792.946	2.774.706	32.132
Tributos a Recuperar (*)	257.977	247.910	
Despesas Antecipadas	115.853	115.755	
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 15)	376.344	254.231	
Estoque Minério	144.483	130.341	
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR	47.754		
Outros	163.001	153.137	
	2.898.358	3.676.080	32.132

(*) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses.

11 INVESTIMENTOS

	Participação acionária na controlada - CSN			
	%	Ações		Líquido
		ordinárias	Investimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	47,86	697.719.990	3.652.701	3.652.701
Recebimento de dividendos			(1.030.909)	(1.030.909)
Equivalência patrimonial			1.773.543	1.773.543
Outros resultados abrangentes (*)			(573.674)	(573.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	47,86	697.719.990	3.821.661	3.821.661

(*) Refere-se à marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação, a CSN alienou sua participação na Riversdale.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2010 os acionistas da CSN aprovaram o desdobramento do número de ações representativas do capital social da CSN, operação pela qual cada ação do capital social passou a ser representada por 2 ações após o desdobramento.

A base para o cálculo do percentual de participação é a quantidade de ações em circulação, visto que as ações mantidas em tesouraria pela CSN não possuem direitos patrimoniais e/ou políticos.

12 IMOBILIZAÇÃO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	126.059	1.289.511	6.243.494	22.415	2.089.735	1.362.133	11.133.347
Efeito de variação cambial	(1.659)	(175)	(2.762)	(50)	(746)	(10.373)	(15.765)
Aquisições					3.481.249		3.481.249
Baixa de projetos					(15.501)		(15.501)
Alienações			(5.065)	(22)		14.760	9.673
Transferência para outras categorias de ativos	10.785	159.987	1.343.721	10.591	(1.040.761)	(484.323)	(792.956)
Depreciação		(74.344)	(677.266)	(4.469)		(36.877)	(792.956)
Outros	40.607	(161.371)	71.902	(38)	1.830	23.590	(23.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.213.608	6.974.024	28.427	4.515.806	868.910	13.776.567
Efeito de variação cambial	1.234	3.640	16.377	135	(157)	2.162	23.391
Aquisição por meio de combinação de negócios	3.325	10.805	14.050	562	4.204	90.572	123.518
Aquisições					4.400.825		4.400.825
Baixa de projetos					(3.778)		(3.778)
Alienações		(6.719)	(30.059)	(17)		(13.294)	(50.089)
Depreciação		(39.364)	(821.672)	(4.931)		(65.441)	(931.408)
Reversão de provisão para perda na baixa de ativos						4.774	4.774
Transferência para outras categorias de ativos	14.233	273.320	1.477.118	9.172	(1.848.785)	74.942	(11,487)
Transferências para intangível					(11.104)	(383)	(11,487)
Outros		(170)	(4.883)	54	(692)	50.454	44,763
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.584	1.455.120	7.624.955	33.402	7.056.319	1.012.696	17.377.076

(*) Referem-se, substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

	Consolidado				
	Objetivo do projeto	Data de início	Conclusão esperada	31/12/2011	31/12/2010
Obras em Andamento - Principais projetos				3.795.760	1.889.411
Logística					
Expansão de 1.728 Km da Transnordestina para transporte, principalmente, de minério de ferro, calcário, soja, algodão, cana de açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis		2009	2014	3.489.871	1.774.875
Obras de expansão da capacidade da MRS e investimentos correntes para manutenção das operações atuais				290.410	111.763
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais				15.479	2.773
Mineração				1.931.047	1.364.733
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra para 42 Mtpa		2007	2012/13 (1)	1.322.433	1.101.234
Expansão do TECAR para permitir uma exportação anual de 60 Mtpa		2009	2013	425.134	167.163
Expansão da capacidade produtiva da Namisa para 39 Mtpa		2008	2015/16	137.059	81.172
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais				46.421	15.164
Siderurgia				1.164.239	803.798
Implementação da Fábrica de Aços Longos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para a produção de vergalhão e fio máquina		2008	2013 (2)	907.521	618.832
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais				256.718	184.966
Cimentos				165.273	457.864
Construção da Fábrica de Cimento nas Regiões Nordeste, Sul e Arcos/MG		2011	2013 (3)	132.986	98.258
Construção de Fábrica para produção de clínquer em Arcos/MG		2007	2011 (4)	27.536	357.981
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais				4.751	1.625
Total Obras em andamento				7.056.319	4.515.806

(1) Data prevista para conclusão das Fases 40 Mtpa e 42 Mtpa
(2) Data prevista para conclusão da Unidade do Rio de Janeiro
(3) Data prevista para conclusão de nova moagem em Arcos/MG
(4) Fábrica em Operação, em fase de *ramp-up*

Os custos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços, compra de partes e peças a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para suas respectivas contas e depreciados a partir do momento que estiverem disponíveis para uso.

Os gastos com investimentos correntes são capitalizados e depreciados obedecendo o período até a próxima manutenção deste ativo, totalizando R\$ 654.741 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 495.430 em 31 de dezembro de 2010).

As demais despesas com reparo e manutenção são registradas aos custos e às despesas operacionais, quando incorridas.

Dada a necessidade de revisão das vidas úteis, no mínimo a cada exercício, a administração das controladas realizaram em 2011 a revisão para todas as suas unidades. Dessa forma as vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado
Edificações	46
Máquinas, equipamentos e instalações	13
Móveis e utensílios	10
Outros	34

(a) Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$ 353.156 (R\$ 215.624 em 31 de dezembro 2010) no consolidado (vide nota 25). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de mineração, cimento, aços longos e Transnordestina, que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra; (ii) construção da fábrica de cimentos em Volta Redonda (RJ) e da fábrica de clínquer em Arcos (MG); (iii) construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ); e (iv) ampliação da ferrovia Transnordestina que ligará o cerrado do nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE).

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

	Projetos específicos	Taxas	Projetos não específicos
TJLP + 1,3% até 3,2%			10,56%
UM006 + 2,7%			

(b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do período foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo de Produção	892.297	770.542
Despesa Vendas	7.130	6.471
Despesa Gerais e Administrativas	29.941	29.156
Outras Operacionais	18.883	7.865
	948.251	814.034

(c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração da Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de nossa propriedade.

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$ 2.485.077 (R\$ 2.167.378 em 31 de dezembro de 2010), representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$ 1.123.821 (R\$ 911.077 em 31 de dezembro de 2010). Até 31 de dezembro de 2011, os juros capitalizados no imobilizado de Casa de Pedra foram de R\$ 82.607 (R\$ 48.590 em 31 de dezembro de 2010).

13 INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	423.698	9.982	23.879		457.559
Aquisições e gastos			25.239	1.002	26.241
Amortização		(4.991)	(16.353)		(21.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	423.698	4.991	32.765	1.002	462.456
Efeito de variação cambial			6	72	78
Aquisições por meio de Combinações de Negócios (*)	204.569				204.569
Aquisições e gastos			350	357	707
Alienações		(60.861)	(784)	(489)	(1.273)
Perdas por redução ao valor recuperável					(60.861)
Transferência do imobilizado			11.487		11.487
Transferência do realizável a longo prazo				2.977	2.977
Amortização		(4.991)	(9.622)	(2.230)	(16,843)
Outras movimentações			(2.113)	2.190	77
Saldo em 31 de dezembro de 2011	567.406		32.089	3.879	603.374

(*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL em 12 de julho de 2011.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC") Embalagens, determinado com base no relatório de avaliação econômica efetuada por avaliadores independentes. Em decorrência desta avaliação foi registrado o ajuste de redução do valor recuperável no montante de R\$ 60.861.

O intangível de concessão com vida útil definida refere-se ao valor originalmente pago pelos acionistas, cujo fundamento econômico foi a expectativa do resultado futuro em função do direito de concessão, contabilizado pela controlada em conjunto da CSN - Itá Energética. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de concessão.

Ágio: O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de *impairment*.

	Saldo em 31/12/2011	Investidora
Ações Investimentos	13.091	CSN
Mineração	347.098	Namisa
Embalagens	207.217	CSN
Total Consolidado	567.406	

• Teste do ágio para verificação de "impairment"

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o nível mais baixo dentro da Companhia em que o ágio é monitorado para propósito de administração interna, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2011	31/12/2010
Mineração (Namisa)	Mineração	347.098	347.098
Embalagens (*)	Siderurgia	207.217	63.509
Ações Planos	Siderurgia	13.091	13.091
		567.406	423.698



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2011 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

	Curto prazo						Longo prazo			Consolidado	
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total	TJ (1)	TIR (2)		
Fixed Rate Notes	4.067	4.779	3.478	3.100	2.203	2.203	4.852	20.615	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%	
BNDDES	553	491	423	389	389	389	3.491	5.572	1,3% até 1,7%	1,44% até 7,39%	
BNDDES	1.578	1.578	284					1.862	2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%	
Pré-pagamento	8.059	8.020	6.397	2.219	2.219	2.219	1.354	22.428	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%	
Pré-pagamento	509	509	509	509	509	346		2.382	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%	
CCB	17.472	16.220	17.651	13.902	13.902	10.056	18.046	89.777	112,5% CDI	11,33% até 14,82%	
Outros	647	427	427	427	427	427	674	2.809	110,8% e 103,6% CDI	12,59% e 13,27%	
	32.885	32.024	29.169	20.546	19.649	15.640	28.417	145.445			

(1) TJ - Taxa de juros anual contratada
(2) TIR - Taxa interna de retorno anual

• Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado
2013	2.263.889 9%
2014	1.933.763 8%
2015	2.346.461 9%
2016	2.444.259 10%
2017	3.166.273 12%
Após 2017	11.301.505 45%
Bônus Perpétuos	1.875.800 7%
	25.331.950 100%

• Amortizações e Captações dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o período corrente:

	Consolidado
Saldo Inicial	20.089.447
Captações	7.824.012
Amortizações	(3.614.606)
Outros (*)	3.589.735
Saldo final	27.888.588

(*) Inclui variações cambiais e monetárias. Os contratos de empréstimo e financiamento das controladas preveem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2011.

Em fevereiro de 2011, a CSN contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$ 2 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 94 meses. Sobre o valor dessa CCB (Cédula de Crédito Bancário) incidem juros remuneratórios correspondentes a 112,5% CDI (Certificados de Depósito Interbancário) CETIP a.a. e seus juros são pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Em abril de 2011, a CSN contratou com o Banco do Brasil, Nota Crédito à Exportação no valor de R\$ 1,5 bilhão e vencimento em abril de 2019. Sobre o valor desta NCE (Nota de Crédito à Exportação) incidem juros remuneratórios correspondentes a 110,8% CDI (Certificados de Depósito Interbancário) CETIP a.a. e seus juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro.

Em agosto de 2011, a CSN contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$ 2,2 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 108 meses. Sobre o valor dessa CCB (Cédula de Crédito Bancário) incidem juros remuneratórios correspondentes a 112,5% CDI (Certificados de Depósito Interbancário) CETIP a.a. e seus juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.

Em dezembro de 2011 a CSN liquidou antecipadamente seu programa de securitização de créditos de exportação com o pagamento do montante de R\$ 313.842 (sendo R\$ 283.857 de principal, R\$ 2.373 de juros e R\$ 27.612 de prêmio pago aos credores pela liquidação antecipada).

• Debêntures

i. Companhia Siderúrgica Nacional

Quarta emissão

Conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2005 e ratificado em 24 de abril de 2006 a CSN emitiu, em 01 de fevereiro de 2006, 60.000 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$ 10. As referidas debêntures foram emitidas ao valor total de R\$ 600.000, sendo que os créditos gerados nas negociações com as instituições financeiras foram recebidos em 03 de maio de 2006.

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	31/12/2011				31/12/2010				
	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros passivos - Método do custo amortizado	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros passivos - Método do custo amortizado	Saldos
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalente de caixa			15.435.805				10.270.485		10.270.485
Contas a receber líquidas			1.558.997				1.259.461		1.259.461
Margem de garantia de instrumentos financeiros			407.467				254.485		254.485
Instrumentos financeiros derivativos		55.115				55.115			
Fundo de reserva de securitização							22.644		22.644
Não Circulante									
Outros títulos a receber			57.797				58.485		58.485
Investimentos	2.089.309				2.089.309	2.102.112			2.102.112
Instrumentos financeiros derivativos		376.344				376.344	254.231		254.231
Fundo de reserva de securitização							32.031		32.031
Aplicações financeiras			139.679			139.679	112.484		112.484
Passivo									
Circulante									
Empréstimos e financiamentos e debêntures				2.734.968		2.734.968		1.344.561	1.344.561
Instrumentos financeiros derivativos		2.971				2.971	116.407		116.407
Fornecedores				1.232.075		1.232.075		623.233	623.233
Não Circulante									
Empréstimos e financiamentos e debêntures				25.331.950		25.331.950		18.861.631	18.861.631
Instrumentos financeiros derivativos		373.430				373.430	254.494		254.494

• Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, requer divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		55.115		55.115				
Não Circulante								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos	2.089.309			2.089.309	2.102.112			2.102.112
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		376.344		376.344	254.231			254.231
Passivo								
Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		2.971		2.971	116.407			116.407
Não Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		373.430		373.430	254.494			254.494

II - Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil e no exterior de empresas de primeira linha classificadas pelas agências internacionais de rating com grau de risco "grau de investimento", às quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irre recuperável.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

Ao longo dos anos 2010 e 2011 a controlada investiu em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda por não atender a definição das outras categorias de instrumentos financeiros (empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (fair value) baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BOVESPA). A controlada continua avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas.

Considerando a queda na cotação das ações Usiminas ao longo do ano, a controlada avaliou, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda no valor recuperável destes ativos financeiros. A administração avaliou se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta determinação exige julgamento e a CSN tem como política, com base em práticas usadas no mercado nacional e internacional, a análise feita instrumento por instrumento baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Por se tratar de instrumentos patrimoniais da mesma empresa, em razão das diferentes características vinculadas aos instrumentos patrimoniais (ações ordinárias e preferenciais) da Usiminas, a CSN fez a análise do declínio no valor de mercado por tipo de instrumento patrimonial. O critério de análise individual permite análise minuciosa do percentual e período da queda, das características de cada instrumento patrimonial como risco do ativo, segmento de atuação e volatilidade do respectivo instrumento patrimonial. Adicionalmente, a situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2011 até a data de aprovação das demonstrações financeiras também foram considerados na medida em que foi possível dentro do contexto das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, as suas interpretações e aplicações na prática.

Para determinação do prazo do declínio de valor de mercado das ações abaixo do seu custo, a CSN comparou o seu custo médio de aquisição na data base da demonstração financeira com a última data em que a cotação máxima estava acima desta média ponderada (ação ordinária 1 mês, ação preferencial 7 meses). Na avaliação da administração esta análise mostrou que nenhuma das ações apresentou um declínio prolongado, conforme política definida pela controlada.

Sobre o valor nominal dessas debêntures incide juros remuneratórios correspondentes a 103,6% do CDI CETIP a.a., e o vencimento do valor nominal está previsto para 01 de fevereiro de 2012, com opção de resgate antecipado.

Quinta emissão

Conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de julho de 2011, a CSN emitiu, em 20 de julho de 2011, 115 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$ 10 milhões. As referidas debêntures foram emitidas ao valor total de R\$ 1.150.000, sendo que os créditos gerados nas negociações com as instituições financeiras foram recebidos em 23 de agosto de 2011.

Sobre o valor nominal dessas debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 110,8% do CDI CETIP a.a., e o vencimento das debêntures está previsto para 20 de julho de 2019, com opção de resgate antecipado.

ii. Transnordestina Logística

Em 10 de março de 2010, a Transnordestina Logística S.A. obteve junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, aprovação para sua 1ª Emissão Privada de debêntures conversíveis em ações, composta ao todo de oito séries no valor total de R\$ 2.672.400. A primeira, terceira e quarta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha - Salgueiro - Trindade e Salgueiro - Porto de Suape, o qual inclui também os investimentos no Porto de Suape e a reconstrução do trecho Cabo - Porto Real de Colégio. A segunda, quinta e sexta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Eliseu Martins - Trindade. A sétima e oitava séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha - Pecém, o qual inclui também os investimentos no Porto de Pecém.

Emissão	Série	Assembleia Geral	Quantidade emitida	Valor nominal unitário	Emissão	Vencimento	Encargos	Saldo (R\$)
								31/12/2011
1ª	1ª	08/02/10	336.647.184	R\$ 1,00	09/03/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	336.647
1ª	2ª	08/02/10	350.270.386	R\$ 1,00	25/11/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	350.270
1ª	3ª	08/02/10	338.035.512	R\$ 1,00	01/12/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	338.036
1ª	4ª	08/02/10	468.293.037	R\$ 1,00	04/10/11	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a.	468.293

• Garantias Concedidas

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças, conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

	31/12/2011	31/12/2010
Imobilizado	19.383	30.288
Garantia fidejussória	87.550	74.488
Securitizações (Exportações) (*)		113.936
	106.933	218.712

(*) Em virtude da liquidação antecipada dos créditos de exportação os valores do fundo de reserva de securitização foram resgatados.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Vicunha e controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Consolidado	31/12/2011				31/12/2010				
	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros passivos - Método do custo amortizado	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros passivos - Método do custo amortizado	Saldos
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalente de caixa			15.435.805				10.270.485		10.270.485
Contas a receber líquidas			1.558.997				1.259.461		1.259.461
Margem de garantia de instrumentos financeiros			407.467				254.485		254.485
Instrumentos financeiros derivativos		55.115				55.115			
Fundo de reserva de securitização							22.644		22.644
Não Circulante									
Outros títulos a receber			57.797				58.485		58.485
Investimentos	2.089.309				2.089.309	2.102.112			2.102.112
Instrumentos financeiros derivativos		376.344				376.344	254.231		254.231
Fundo de reserva de securitização							32.031		32.031
Aplicações financeiras			139.679			139.679	112.484		112.484
Passivo									
Circulante									
Empréstimos e financiamentos e debêntures				2.734.968		2.734.968		1.344.561	1.344.561
Instrumentos financeiros derivativos		2.971				2.971	116.407		116.407
Fornecedores				1.232.075		1.232.075		623.233	623.233
Não Circulante									
Empréstimos e financiamentos e debêntures				25.331.950		25.331.950		18.861.631	18.861.631
Instrumentos financeiros derivativos		373.430				37			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Risco de taxa de câmbio

As Controladas avaliam sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar, Euro e Dólar Australiano ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em hedge natural, a CSN e controladas avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, e contratos futuros de câmbio) para gerir seus riscos de variação de moeda diferente do real.

• Políticas de utilização de derivativos de proteção

A política financeira das controladas reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e Conselho de Administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela Diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Vicunha e controladas. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da Administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades as controladas recorrem ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para o endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial;
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de Diretoria executiva e do Conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

Exposição cambial	31/12/2011		
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em EUR mil)	(Valores em A\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	5.613.908		302.553
Margem de garantia derivativo	217.223		
Contas a receber - clientes mercado externo	287.616	7.844	
Outros ativos	139.219	118	
Total ativo	6.257.966	7.962	302.553
Empréstimos e financiamentos	(5.299.622)		
Fornecedores	(10.779)	(1.450)	
Outros passivos	(56.479)	(16)	
Total passivo	(5.366.880)	(1.466)	
Exposição bruta	891.086	6.496	302.553
Nocional de derivativos contratados líquidos	267.856	(90.000)	
Exposição líquida	1.158.942	(83.504)	302.553

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

• Transações de swap cambial

As controladas realizam operações com swap cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via swap cambial proporciona, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (Forward Rate Agreement) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora nossas taxas de aplicação e reduz o custo de nossas captações no mercado internacional.

Em 31 de dezembro de 2011 as controladas mantinham posição comprada em swap cambial de US\$ 367.856 mil (US\$ 1.249.529 mil em 31 de dezembro de 2010), onde recebemos, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,4541% ao ano em média (em 2010 variação cambial mais 2,29% ao ano), e pagamos 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Em 31 de dezembro de 2011 as controladas mantinham posição vendida em swap cambial de US\$ 100.000 mil, onde pagamos, na ponta passiva, variação cambial mais cupom de 2,39% ao ano em média e recebemos 100% do CDI na ponta ativa do contrato de swap cambial.

(b) Operações liquidadas Dólar x Real

Contrapartes	Valorização 2011			Valor recebido/ (pago) em 2011	Valorização 2010			Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
	Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)		Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)		
Deutsche Bank	2.352.000	3.809.284	(3.927.022)	(117.738)	265.000	443.143	(468.544)	(25.401)	(92.337)
Goldman Sachs	100.000	2.978.316	(2.975.695)	2.621	100.000	167.243	(173.031)	(5.788)	8.409
HSBC	1.843.000	3.022.397	(3.092.542)	(70.145)	223.000	372.794	(385.900)	(13.106)	(57.039)
Itaú BBA	809.635	1.345.353	(1.380.319)	(34.966)	466.635	779.802	(809.378)	(29.576)	(5.390)
Santander	246.625	412.585	(434.164)	(21.579)	121.625	204.241	(221.856)	(17.615)	(3.964)
BTG Pactual	3.327	5.542	(9.050)	(3.508)	3.327	5.847	(8.573)	(2.726)	(782)
Société Générale	23.289	41.093	(52.363)	(11.270)	23.289	39.687	(50.255)	(10.568)	(702)
JP Morgan	3.327	5.737	(6.075)	(338)	6.654	11.078	(11.170)	(92)	(246)
Bradesco	1.663	3.143	(2.755)	388					388
	5.382.866	11.623.450	(11.879.985)	(256.535)	1.209.530	2.023.835	(2.128.707)	(104.872)	(151.663)

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo e no passivo pelo montante de R\$ 37.020 no ativo e R\$ 847 no passivo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 109.045 registrado no passivo em 31 de dezembro de 2010) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como perda no montante de R\$ 115.490 em 31 de dezembro de 2011 (perda no montante de R\$ 231.673 em 31 de dezembro de 2010) (vide nota 26).

• Swap cambial Euro x Dólar

Além dos swaps citados acima, a CSN também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

(a) Operações abertas

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			31/12/2010
		Nocional (Euro mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	
HSBC	12/01/2012	25.000	51.469	(48.556)	2.913
Deutsche Bank	12/01/2012	25.000	51.521	(48.556)	2.965
Goldman Sachs	12/01/2012	40.000	128.761	(121.389)	7.372
		90.000	231.751	(218.501)	13.250

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2010			Valor a receber
		Nocional (Euro mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	
HSBC	20/01/2011	15.000	34.029	(33.424)	605
Deutsche Bank	20/01/2011	25.000	56.648	(55.707)	941
Goldman Sachs	20/01/2011	50.000	113.295	(111.415)	1.880
		90.000	203.972	(200.546)	3.426

(b) Operações liquidadas

Contrapartes	Valorização 2011				Valorização 2010				Efeito no resultado em 2011
	Nocional (Euro mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Recebido/(pago) em 2011	Nocional (Euro mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Valor justo em 2010	
Deutsche Bank	210.000	475.582	(481.504)	(5.922)	25.000	56.648	(55.707)	941	(6.863)
Goldman Sachs	140.000	321.800	(319.448)	2.352	50.000	113.295	(111.415)	1.880	472
HSBC	15.000	34.029	(33.413)	616	15.000	34.029	(33.424)	605	11
Itaú BBA	85.000	199.820	(197.116)	2.704					2.704
	450.000	1.031.231	(1.031.481)	(250)	90.000	203.972	(200.546)	3.426	(3.676)

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo pelo montante de R\$ 13.250 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.426 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2010) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como ganho no montante de R\$ 9.574 em 31 de dezembro de 2011 (perda de R\$ 6.763 em 31 de dezembro de 2010) (vide nota 26).

• Contrato Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial

Tem por objetivo proteger as obrigações denominadas em moeda estrangeira contra variação do Real. As Controladas podem comprar ou vender contratos futuros de dólar comercial na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para mitigar a exposição cambial frente aos seus passivos denominados em dólar norte americano. As especificações do contrato futuro de taxa de câmbio de Reais por Dólar, incluindo explicações detalhadas sobre as características dos contratos e cálculo dos ajustes diários, são publicadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F e divulgadas em seu website (www.bmf.com.br). Em 2011 as controladas não contrataram operações de dólar futuro. Ao longo de 2010 pagou R\$ 179.564 e recebeu R\$ 259.490 em ajustes, obtendo assim um ganho de R\$ 79.926. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações no câmbio.

• Outros derivativos

A controlada indireta Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do Euro contra o Dólar. Em 31 de dezembro a posição bruta era de US\$ 35.352 mil e líquida US\$ 144 mil (incluindo derivativos abaixo)

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			
		Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Valor a receber
BES	30/04/2012	20.208	38.017	(34.049)	3.968
BNP	31/01/2012	15.000	28.219	(25.453)	2.766
		35.208	66.236	(59.502)	6.734

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo no montante de R\$ 6.734 em 31 de dezembro de 2011.

A controlada indireta Tecon liquidou em 26 de setembro de 2011 suas operações com derivativos para proteger as exposições do Real contra o Iene cujo nocional era de JPY 2.390.398 (posição passiva em aberto de R\$ 8.042 em 31 de dezembro de 2010).

Os resultados destas operações em 31 de dezembro de 2011 estão consolidados no resultado financeiro como ganho no montante R\$ 16.501 (perda de R\$ 8.388 em 2010) (vide nota 26).

• Análise de sensibilidade swap cambial Dólar x Real

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2011 registrado no ativo no montante de R\$ 37.020 e no passivo no montante de R\$ 847. Os cenários abaixo foram considerados para volatilidade do real paridade dólar.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,4069;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 0,9379;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,3448;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,8137.

Swap cambial líquido	Risco	31/12/2011				
		(US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		1.8758	1.4069	0,9379	2,3448	2,8137
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	267.856	(125.611)	(251.222)	125.611	251.222
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	1.158.942	(543.486)	(1.086.971)	543.486	1.086.971

Em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada desses contratos é a seguinte:

(a) Operações em aberto

• Swap cambial Dólar x Real

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			
		Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Valor a receber/pagar
JP Morgan	01/02/2012 a 01/03/2012	9.981	19.127	(18.556)	571
HSBC	22/04/2012 a 15/06/2012	101.317	192.919	(176.554)	16.365
Société Générale	01/02/2012 a 02/08/2012	16.635	30.554	(29.362)	1.192
Bradesco	01/08/2012	3.327	6.279	(5.743)	536
Banco do Brasil	02/07/2012 a 03/09/2012	6.654	12.605	(12.413)	192
Santander	01/02/2012 a 02/01/2015	14.990	28.900	(28.416)	484
Goldman Sachs	02/01/2015	190.000	371.174	(352.514)	18.660
Banco de Tókyo	15/12/2016	24.952	46.980	(47.960)	(980)
		367.856	708.538	(671.518)	37.200

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2010			
		Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Valor a pagar
JP Morgan	01/11/2011 a 01/03/2012	6.654	11.078	(11.170)	(92)
HSBC	03/01/2011	223.000	372.794	(385.900)	(13.106)
Société Générale	01/02/2011 a 01/12/2011	23.289	39.687	(50.254)	(10.567)
Pactual	01/07/2011	3.327	5.847	(8.573)	(2.726)
Deutsche Bank	03/01/2011 a 01/02/2011	265.000	443.143	(468.544)	(25.401)
Santander	03/01/2011 a 02/01/2015	131.625	220.951	(239.169)	(18.218)
Goldman Sachs	03/01/2011 a 02/01/2015	130.000	215.302	(224.658)	(9.356)
Itaú BBA	03/01/2011 a 01/12/2011	466.634	779.802	(809.381)	(29.579)
		1.249.529	2.088.604	(2.197.649)	(109.045)

• Swap Cambial Real x Dólar

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			
		Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Valor a pagar
Santander	01/02/2012	(70.000)	130.266	(130.787)	(521)
Goldman Sachs	01/02/2012	(30.000)	55.704	(56.030)	(326)
		(100.000)	185.970	(186.817)	(847)

• Swap Cambial Iene x Dólar

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2011			
		Nocional (Iene)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Valor a receber
Deutsche Bank	12/12/2013	59.090.000	374.455	(373.430)	1.025
		59.090.000	374.455	(373.430)	1.025

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2010			
		Nocional (Iene)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)	Valor a receber
Deutsche Bank	12/12/2013	59.090.000	254.231	(254.231)	
		59.090.000	254.231	(254.231)	

Contrapartes	Valor recebido/ (pago) em 2011	Valorização 2011			Valor recebido/ (pago) em 2011	Valorização 2010			Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
		Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)		Nocional (US\$ mil)	Posição ativa (R\$)	Posição passiva (R\$)		
Deutsche Bank	(117.738)	2.352.000	3.809.284	(3.927.022)	265.000	443.143	(468.544)	(25.401)	(92.337)	
Goldman Sachs	2.621	100.000	2.978.316	(2.975.695)	100.000	167.243	(173.031)	(5.788)	8.409	
HSBC	(70.145)	1.843.000	3.022.397	(3.092.542)	223.000	372.794	(385.900)	(13.106)	(57.039)	
Itaú BBA	(34.966)	809.635	1.345.353	(1.380.319)	466.635	779.802	(809.378)	(29.576)	(5.390)	
Santander	(21.579)	246.625	412.585							



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

A CSN questionava a validade jurídica da Lei nº 10.168/00, que instituiu a cobrança de CIDE sobre importâncias pagas, creditadas ou remetidas a beneficiários não residentes no país - a título de *royalties* ou remuneração sobre contratos de fornecimento, assistência técnica, cessão e licenças de uso de marcas e exploração de patentes.

A sentença de 1ª instância judicial foi desfavorável, o que foi ratificado pelo TRF da 2ª Região. Foram interpostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados, tendo sido interposto Recurso Extraordinário ao STF, o qual aguarda decisão quanto à sua admissibilidade.

Por conta das decisões desfavoráveis e dos benefícios de redução de multa e juros, o Conselho de Administração da CSN aprovou a adesão de referida discussão judicial ao programa de recuperação fiscal da Lei nº 11.941/2009.

Após aplicação dos benefícios deste programa, a CSN mantém depósitos judiciais no montante de R\$ 6.200, sendo R\$ 2.895 a excesso de depósitos após aplicação das reduções do REFIS poderá ser convertido em renda. Em 31 de dezembro de 2011 existe provisão no montante de R\$ 3.246 (R\$ 3.246 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

• Salário-educação

A CSN discutiu a inconstitucionalidade do salário-educação e a possibilidade de recuperação das parcelas recolhidas no período de 05 de janeiro de 1989 a 16 de outubro de 1996, sendo que o processo foi julgado improcedente, tendo o TRF mantido decisão desfavorável a CSN, decisão essa que transitou em julgado.

Ante o trânsito em julgado da decisão, a CSN tentou efetuar o pagamento do valor devido, sendo que o FNDE e o INSS não chegaram a um entendimento sobre quem deveria receber, bem como exigiam que dito valor fosse pago acrescido de multa, com o que a empresa não concordou.

Foram interpostas ações judiciais questionando os fatos acima com o depósito judicial dos valores envolvidos nos referidos processos. No primeiro processo, a sentença de 1º grau julgou parcialmente favorável o pedido, onde o Juiz afastou o valor da multa, mantendo, porém a taxa SELIC, sendo apresentado então Contra-razões à apelação do réu, e recorreu em relação à taxa SELIC.

O valor provisionado e depositado judicialmente em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$ 33.121 (R\$ 33.121 em 31 de dezembro de 2010).

• Seguro Acidente do Trabalho - SAT

A CSN discute em juízo a ampliação da alíquota do SAT de 1% para 3% e também discute a majoração do SAT para fins de Contribuição para Aposentadoria Especial, que teve a sua alíquota estipulada em 6%, conforme legislação, para aqueles empregados expostos a agentes nocivos.

Quanto ao primeiro processo supracitado, a sentença da 1ª instância foi desfavorável e o processo encontra-se em julgamento no TRF da 2ª Região. Já quanto ao segundo processo o mesmo se encerrou de forma desfavorável à CSN e os valores devidos neste processo no montante de R\$ 33.077 que estavam depositados judicialmente foram convertidos em renda em favor do INSS.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$ 61.536 (R\$ 59.024 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais e se refere, exclusivamente, ao processo de diferença de alíquota de 1% para 3% para todos os estabelecimentos da CSN e sua controlada Cia. Metalúrgica Prada.

Em razão da probabilidade de perda dessa discussão o Conselho de Administração da CSN aprovou a adesão de referidas discussões ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Em razão da adesão ao REFIS e a desistência processo que discutia a ampliação da alíquota de 1% para 3%, a CSN incluiu o período que não havia sido autuado no Programa de Parcelamento Ordinário em 60 parcelas.

• Crédito prêmio de IPI sobre exportação

A legislação tributária permitia às Companhias brasileiras o reconhecimento do crédito prêmio de IPI até 1983, quando em ato executivo do governo brasileiro foram cancelados tais benefícios proibindo a utilização desses créditos.

A CSN contestou a constitucionalidade desse ato e ajuizou ação pleiteando o direito de utilização do crédito prêmio de IPI sobre exportação de 1992 a 2002, uma vez que somente leis elaboradas pelo poder legislativo podem cancelar ou revogar benefícios pontualmente elaborados por legislação pretérita.

Em 13 de agosto de 2009, o STF proferiu decisão, dotada de efeitos de repercussão geral, determinando que o Crédito Prêmio de IPI somente vigorasse até outubro de 1990. Dessa forma os créditos apurados após 1990 não foram reconhecidos e em razão dessa decisão o STF o Conselho de Administração da CSN aprovou a adesão a referidas discussões aos programas de recuperação fiscal de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009 e pela Lei nº 11.941/2009, em que há benefício da redução de multas, juros e encargos legais.

A CSN mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009. O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/2009 foi compensado com os depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$ 516 milhões após aplicação das reduções do REFIS que poderão ser restituídos.

Já os débitos inscritos nos termos da MP nº 470/2009 foram pagos em 12 parcelas a partir de novembro/09, sendo que as últimas 4 parcelas foram substituídas pela utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

• Outros

A CSN possui, ainda, provisões para processos relativos ao INSS, FGTS LC 110, COFINS Lei nº 10.833/03, PIS Lei nº 10.637/02 e PIS/COFINS - Zona Franca de Manaus, cujo montante em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$ 90.703 (R\$ 84.367 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

Com relação ao débito de COFINS Lei nº 10.833/03, o Conselho de Administração aprovou a adesão de referidas discussões ao programa de recuperação fiscal Lei nº 11.941/2009. A CSN mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009.

O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/2009, foi compensado com depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$ 9.141 após aplicação das reduções do REFIS que poderá ser restituídos.

(d) Outros**• Concorrencial**

Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei nº 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais encontram-se pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$ 65.292 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

• Ambiental

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a CSN figura como ré, encontram-se, principalmente, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da CSN. Os processos envolvendo a matéria ambiental montam saldo de R\$ 6.906 (R\$ 500 em 31 de dezembro de 2010).

• Arbitragem

Trata-se de procedimento arbitral na ICC que tem por objetivo apurar eventuais danos sofridos por quebra contratual de valor estimado em R\$ 84.323 (US\$ 53,0 milhões). O procedimento está na fase de apresentações das alegações iniciais e de prova documental. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

20 PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO**(a) Passivos Ambientais**

Em 31 de dezembro de 2011 é mantida provisão no montante consolidado de R\$ 312.612 (R\$ 278.106 em 31 de dezembro de 2010) para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2011 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base essas taxas de desconto e índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

(b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento da atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O passivo consolidado registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 24.327 (R\$ 17.421 em 31 de dezembro de 2010).

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**i. Capital social integralizado**

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.181.499 dividido em 1.048.932.883 ações, sendo 580.634.278 ações ordinárias e 468.298.605 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal.

ii. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, já sendo atingido o limite para sua constituição, conforme determina a legislação vigente.

22 REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	1.705.466	1.839.499
Reversão reserva lucros a realizar do exercício anterior	1.839.499	3.544.965
Lucro líquido básico para determinação dos dividendos	3.544.965	
Destinação Proposta:		
Reserva estatutária (Capital de Giro) (*)	(2.959.965)	
Total de apropriação em reservas	(2.959.965)	
Dividendos propostos	(585.000)	
Total de dividendos propostos	(585.000)	
Média ponderada da quantidade de ações	1.048.933	
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	0,5577	
Informações Adicionais:		
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (*)	426.367	
Antecipação de Dividendos 2011	(18.000)	
Dividendos de exercícios anteriores	13.043	
Dividendos a pagar	421.410	
(*) A Assembleia Geral ordinária deliberará sobre a destinação do excesso de reserva de lucros.		
(**) O Estatuto social da Vicunha estabelece a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no percentual de 25% do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.		

23 RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita Bruta		
Mercado interno	13.366.345	13.201.074
Mercado externo	6.417.397	4.270.333
	19.783.742	17.471.407
Deduções		
Vendas canceladas e abatimentos	(257.888)	(416.706)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.006.270)	(2.604.191)
	(3.264.158)	(3.020.897)
Receita Líquida	16.519.584	14.450.510

24 DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Matérias Primas e Insumos	(3.927.105)	(3.245.396)		
Mão de obra	(1.647.545)	(1.226.087)		
Suprimentos	(1.084.440)	(1.061.012)		
Manutenção	(969.376)	(856.297)		
Serviços de Terceiros	(1.981.923)	(1.543.333)	(898)	(695)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(929.368)	(806.169)		
Outros (*)	(441.678)	(163.962)		
	(10.981.435)	(8.902.256)	(898)	(695)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(9.800.844)	(7.882.726)		
Despesas com vendas	(604.108)	(481.978)		
Despesas gerais e administrativas	(576.483)	(537.552)	(898)	(695)
	(10.981.435)	(8.902.256)	(898)	(695)

(*) Incluso aumento e/ou redução em produtos acabados e em elaboração.

25 OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(53.805)	(89.327)	(16.306)	(7.933)
Efeito REFIS Lei nº 11.941/2009 e MP 470/2009	(16.119)	(8.444)		
Provisão para contingências e perdas líquidas das reversões	(75.823)	(182.761)		
Multas contratuais e indedutíveis	(45.537)	(155.445)		
Custo fixo de paralisação dos equipamentos	(33.674)	(21.213)		
Baixa de ativos obsoletos	(85.120)	(32.098)		
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(42.050)	(21.142)		
Plano de pensão (Nota 29 c)	(67.276)	(63.110)		
Ajuste de perda pelo valor recuperável	(60.861)			
Plano de saúde (Nota 29 d)	(37.343)	(33.817)		
	(517.608)	(607.357)	(16.306)	(7.933)
Outras receitas operacionais				
Venda ações Riversdale (Nota 11)	698.164			
Ganho aquisição de precatórios		15.595		
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS/ICMS		32.739		
Dividendos recebidos terceiros	14.199			
Outras receitas (*)	6.814	487		
	719.177	48.821		
Outras (despesas) e receitas operacionais	201.569	(558.536)	(16.306)	(7.933)

26 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas financeiras:				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(639.197)	(641.632)		
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.622.365)	(791.926)		
Partes relacionadas	(389.059)	(374.929)		
Juros capitalizados	353.156	215.624		
PIS/COFINS sobre demais receitas	(1.230)	(1.079)		
Perdas com derivativos (*)	(20.594)	(27.252)		
Efeito REFIS Lei nº 11.941/2009 e MP 470/2009, líquidos	(77.335)	(33.921)		
Juros, multas e moras fiscais	(272.533)	(283.768)	(8.174)	
Outras despesas financeiras	(222.938)	(262.033)		(463)
	(2.892.095)	(2.200.916)	(8.174)	(463)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas	29.300	53.491		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	546.220	396.589	7.338	2.406
Outros rendimentos	153.101	198.246	3.833	2.780
	728.621	648.326	11.171	5.186
Variações monetárias:				
- Ativas	6.330	271		
- Passivas	(43.781)	(8.714)		
	(37.451)	(8.443)		
Variações cambiais:				
- Sobre ativos	1.041.200	(585.719)		
- Sobre passivos	(753.666)	398.527		
- Variações cambiais com derivativos (*)	(89.415)	(158.510)		
	198.119	(345.702)		
Variações monetárias e cambiais líquidas	160.668	(354.145)		
Resultado financeiro líquido	(2.002.806)	(1.906.735)	2.997	4.723
(*) Demonstração dos resultados das operações derivativas				
Swap CDI x USD	(115.490)	(231.673)		
Swap EUR x USD	9.574	(6.763)		
Dólar Futuro		79.926		
Outros	16.501	(8.388)		
	(89.415)	(166.898)		
Swap Libor x CDI	(20.594)	(18.864)		
	(20.594)	(18.864)		
	(110.009)	(185.762)		

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura das controladas, seus negócios estão distribuídos em cinco segmentos operacionais. Conseqüentemente analisamos nossa informação por segmento da seguinte forma:

• Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos e Portugal. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automotobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da CSN produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Para 2013, está previsto o início da produção de aços longos. Com uma produção inicial de 500 mil toneladas consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

• Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas - MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN possui mineração no Estanho de Rondônia S.A. (ERSA), empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

• Logística**i. Ferroviária**

A CSN tem participação em duas Companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística S.A., que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

(a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e transporta suas exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

(b) Transnordestina Logística

Juntos, a CSN e o Governo Federal investirão na implantação do Projeto Transnordestina para construção de cerca de 1.728 km de novas linhas. As obras, previstas para serem concluídas em 2013, incluem ainda a complementação e renovação de parte da infraestrutura (ou linhas) da concessão da Transnordestina Logística que será ampliada dos cerca de 2.600 km em operação atualmente, para aproximadamente 4.300 km operacionais.

A Transnordestina Logística S.A. possui uma concessão de 30 anos concedida em 1998 para operar o sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

	31/12/2011						Despesas Corporativas/ Eliminação	Conso- lidado
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento		
		Portuária	Ferrovária					
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	4.895.581	23.849.514					1.754.596	
Receitas								
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	
Mercado externo	1.287.274	5.107.707					(17.313)	
Custo produtos e serviços vendidos	(7.038.168)	(2.185.149)	(85.474)	(667.186)	(105.497)	(268.432)	549.062	
Lucro Bruto	2.439.569	3.756.702	57.304	355.699	77.995	64.518	(9.800.844)	
Despesas vendas e administrativas	(471.003)	(149.862)	(18.303)	(90.020)	(25.408)	(67.712)	(358.283)	
Depreciação	606.810	161.655	5.674	105.454	22.495	23.222	4.058	
EBITDA Ajustado	2.575.376	3.768.495	44.675	371.133	75.082	20.028	(387.272)	

	31/12/2011						Despesas Corporativas/ Eliminação	Conso- lidado
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento		
		Portuária	Ferrovária					
Vendas por área geográfica								
Ásia	31.255	4.250.002					4.281.257	
América do Norte	502.486						502.486	
América Latina	147.363						147.363	
Europa	560.880	857.705					1.418.585	
Outras	45.290						(17.313)	
Mercado externo	1.287.274	5.107.707					(17.313)	
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	
Total	9.477.737	5.941.851	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(582.109)	

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

	31/12/2010						Despesas Corporativas/ Eliminação	Conso- lidado
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento		
		Portuária	Ferrovária					
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	4.795.851	18.554.984					991.789	
Receitas								
Mercado interno	8.763.470	573.976	119.315	838.436	113.517	201.841	(363.750)	
Mercado externo	1.162.539	3.041.166					(4.203.705)	
Custo produtos e serviços vendidos	(6.225.820)	(1.252.474)	(70.046)	(521.747)	(41.579)	(163.631)	392.571	
Lucro Bruto	3.700.189	2.362.668	49.269	316.689	71.938	38.210	28.821	
Despesas vendas e administrativas	(443.100)	(69.068)	(16.590)	(70.644)	(25.555)	(43.119)	(351.454)	
Depreciação	519.411	145.817	5.577	102.629	22.501	13.648	(3.414)	
EBITDA Ajustado	3.776.500	2.439.417	38.256	348.674	68.884	8.739	(326.047)	

	31/12/2010						Despesas Corporativas/ Eliminação	Conso- lidado
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento		
		Portuária	Ferrovária					
Vendas por área geográfica								
Ásia	40.752	2.513.499					2.554.251	
América do Norte	432.229						432.229	
América Latina	193.692						193.692	
Europa	454.997	527.667					982.664	
Outras	40.869						(40.869)	
Mercado externo	1.162.539	3.041.166					4.203.705	
Mercado interno	8.763.470	573.976	119.315	838.436	113.517	201.841	(363.750)	
Total	9.926.009	3.615.142	119.315	838.436	113.517	201.841	(363.750)	

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido acrescido de resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais, as quais são excluídas por se tratarem principalmente de itens não recorrentes da operação.

A Diretoria da Vicunha e controladas utilizam o EBITDA Ajustado como ferramenta para medir a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, além de permitir comparações com outras empresas.

	31/12/2011	31/12/2010
EBITDA Ajustado	6.467.517	6.354.423
Depreciação	(929.368)	(806.169)
Outras operacionais (Nota 25)	201.569	(558.536)
Resultado financeiro (Nota 26)	(2.002.806)	(1.906.735)
Resultado antes dos impostos	3.736.912	3.082.983
IR e CSLL (Nota 9)	(137.755)	(479.743)
Resultado Líquido	3.599.157	2.603.240

• Informações trimestrais

Essas informações foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes, de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NBCT 2410 do CPC e ISRE 2410 do IASB), não tendo sido objeto de exame de auditoria no contexto das Demonstrações Financeiras.

	Período de três meses findo em 31/12/2011						
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferrovária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação
							Conso- lidado
Resultado							
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	1.196.232	6.807.780					479.889
Receitas							
Mercado interno	2.083.525	182.078	36.640	261.395	58.389	90.202	(259.069)
Mercado externo	277.202	1.445.512					(9.184)
Custo produtos e serviços vendidos	(1.845.802)	(677.470)	(23.915)	(178.775)	(38.640)	(79.056)	285.234
Lucro Bruto	514.925	950.120	12.725	82.620	19.749	11.146	16.981
Despesas vendas e administrativas	(125.222)	(97.970)	(5.622)	(27.502)	(6.599)	(18.613)	(115.319)
Depreciação	163.618	44.343	1.454	27.667	5.623	7.141	1.555
EBITDA Ajustado	553.321	896.493	8.557	82.785	18.773	(326)	(96.783)

	31/12/2011						
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferrovária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação
							Conso- lidado
Vendas por área geográfica							
Ásia	15.622	1.112.514					1.128.136
América do Norte	129.350						129.350
América Latina	28.190						28.190
Europa	91.093	332.999					424.092
Outras	12.946						(9.184)
Mercado externo	277.201	1.445.513					(9.184)
Mercado interno	2.083.525	182.078	36.640	261.395	58.389	90.202	(259.069)
Total	2.360.726	1.627.591	36.640	261.395	58.389	90.202	(268.253)

	Período de três meses findo em 31/12/2010						
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferrovária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação
							Conso- lidado
Resultado							
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	1.044.066	4.474.153					310.397
Receitas							
Mercado interno	1.796.947	211.931	33.030	184.810	28.293	61.448	(95.024)
Mercado externo	323.756	899.303					1.223.059
Custo produtos e serviços vendidos	(1.507.340)	(342.088)	(14.156)	(155.423)	(10.526)	(50.381)	112.498
Lucro Bruto	613.363	769.146	18.874	29.387	17.767	11.067	17.474
Despesas vendas e administrativas	(111.851)	(15.887)	(4.775)	16.092	(6.213)	(17.051)	(103.579)
Depreciação	130.819	37.385	(3.593)	30.687	5.622	4.297	2.985
EBITDA Ajustado	632.331	790.644	10.506	76.166	17.176	(1.687)	(83.120)

	31/12/2010						
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferrovária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação
							Conso- lidado
Vendas por área geográfica							
Ásia	21.741	732.816					754.557
América do Norte	97.461						97.461
América Latina	51.972						51.972
Europa	138.104	166.487					304.591
Outras	14.478						(14.478)
Mercado externo	323.756	899.303					1.223.059
Mercado interno	1.796.947	211.931	33.030	184.810	28.293	61.448	(95.024)
Total	2.120.703	1.111.234	33.030	184.810	28.293	61.448	(95.024)

	Período de três meses findo em 31/12/2009						
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferrovária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação
							Conso- lidado
Resultado							
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	1.199.781	4.143.941					191.279
Receitas							
Mercado interno	2.118.839	71.227	25.920	227.466	27.439	31.150	(86.528)
Mercado externo	283.275	358.128					641.403
Custo produtos e serviços vendidos	(1.403.286)	(273.303)	(19.129)	(130.611)	(10.604)	(30.335)	80.368
Lucro Bruto	998.828	156.052	6.791	96.855	16.835	815	(6.160)
Despesas vendas e administrativas	(102.966)	(9.093)	(4.070)	(18.392)	(9.967)	(6.314)	(115.251)
Depreciação	135.393	37.110	2.769	26.633	10.045	3.188	263
EBITDA Ajustado	1.031.255	184.069	5.490	105.096	16.913	(2.311)	(121.148)

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

	31/12/2009						Despesas Corporativas/ Eliminação	Conso- lidado
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento		
		Portuária	Ferrovária					
Vendas por área geográfica								
Ásia	42.846	284.542					327.388	
América do Norte	81.412						81.412	
América Latina	38.520						38.520	
Europa	116.136	73.586					189.722	
Outras	4.361						(4.361)	
Mercado externo	283.275	358.128					641.403	
Mercado interno	2.118.839	71.227	25.920	227.466	27.439	31.150	(86.528)	
Total	2.402.114	429.355	25.920	227.466	27.439	31.150	(86.528)	

28 LUCRO POR AÇÃO (LPA)

Lucro por ação básico:

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Vicunha Siderurgia dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (após desdobramento de ações), excluindo as ações ordinárias compradas e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Taxa de desconto	10,46%	10,66%
Taxa de inflação	4,60%	4,40%
Taxa de aumento nominal do salário	5,65%	5,44%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,60%	4,40%
Taxa de retorno dos investimentos	11,52% - 12,24%	11,31% - 12,21%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Merced Disability com probabilidades multiplicadas por 2	Merced Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

	31/12/2011	31/12/2010
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2011	31/12/2010
Renda Variável	360.958	234.303
Renda Fixa	1.756.831	1.961.306
Imóveis	190.756	52.352
Outros	75.905	68.057
Total	2.384.450	2.316.018

Retorno esperado de longo prazo dos ativos do plano:

	31/12/2011	31/12/2010
Renda Variável	18,05%	15,58%
Renda Fixa	10,53%	10,44%
Imóveis	10,34%	9,62%
Outros	10,34%	9,62%
Total	11,78%	11,62%

O retorno real dos ativos do plano foi de R\$ 179.126 (R\$ 258.898 em 31 de dezembro de 2010). Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN. Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B"). Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias. Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 67.276 (R\$ 63.110 em 31 de dezembro de 2010).

30 COMPROMISSOS

(a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as controladas possuíam contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresa Contratada	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos								
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total	
MRS Logística	Transporte de minério de ferro	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte. Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.	92.504	153.870	176.058	176.058	176.058	176.058	176.058	88.029	792.261
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos	Transporte de 8.280.000 toneladas a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 toneladas a.a. de carvão, coque e outros reductores.	7.151	41.463	100.060						100.060
MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	419	1.324	63.085	63.085					126.170
FCA	Transporte de produtos de mineração	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a. de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.		1.648	26.937	26.937	26.937	26.937	116.727		224.475
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN	Transporte ferroviário de 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, podendo variar 10% para mais ou para menos, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	10.214	14.774	3.540						3.540
ALL	Cimentos de clínquer	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	103.098	102.274	93.606	93.606	93.606	93.606	93.606	93.606	468.030
ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de take or pay ocorre a cada 18 meses.	431.093	432.449	280.322						280.322
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio)	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	195.221	349.797	176.305	176.305	117.537				470.147
CEG Rio	Fornecimento de gás natural	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	15.318	16.884	13.281	13.281	13.281	13.281	119.531		172.655
Vale S.A.	Fornecimento de pelotas de minério de ferro	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	13.178	13.378	7.487	7.487	7.487	7.487	39.934		69.882
Compagás	Fornecimento de gás natural	A CSN se compromete a executar o Beneficiamento de Metais e Britagem de Escória resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	1.082	6.186	7.074	7.074	7.074	7.074	51.283		79.579
COPEL	Fornecimento de energia	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções off-line e on-line dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ton de placa de aço produzida.	37.279	39.739	30.000	30.000	15.000				75.000
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa		38.569	38.817	32.324	18.856					51.180
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço		945.126	1.230.209	1.068.841	671.451	515.742	383.205	533.594	3.172.833	
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço										
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento										

(b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2011, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa Concessão	Natureza do serviço	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	80.315	80.315	80.315	80.315	823.230	1.144.490
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	6.494	6.494	6.494	6.494	74.135	100.111
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	111.225	117.913	125.922	125.922	881.455	1.362.437
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	22.129	22.129	22.129	22.129	221.293	309.809
		220.163	226.851	234.860	234.860	2.000.113	2.916.847

(c) Projetos e outros compromissos

• Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas. Além dessa usina, a CSN avalia a opção de desenvolvimento no Brasil de outros projetos similares, também com capacidade de 500.000 toneladas a.a. cada um.

• Projeto de minério de ferro

A CSN projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro, sendo 50 Mtpa oriundas de Casa de Pedra e 39 Mtpa na Namisa. Além disso, a CSN está investindo na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 84 Mtpa. A atual capacidade de exportação anual equivale a 30 milhões de toneladas.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

• Projeto de cimento

A CSN investiu até dezembro de 2011 R\$ 770 milhões na construção de uma unidade de moagem inteiramente nova em Volta Redonda e um forno de clínquer em Arcos/MG, com capacidade de 2,4 Mtpa e 830.000 ton/ano, respectivamente, ambos em operação. Esse projeto representa a entrada no mercado de cimento, tirando vantagem da escória gerada por seus altos fornos e de suas reservas de calcário em Arcos.

No 4º trimestre de 2011 suas vendas de cimento alcançaram 484.346 toneladas (342.799 em 31 de dezembro de 2010), e espera-se atingir capacidade total de produção até 2012. Esses investimentos são parcialmente financiados pelo BNDES.

• Projeto Nova Transnordestina

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. A CSN espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Os investimentos serão financiados por meio de várias agências, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o BNDES. A Empresa obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

A CSN garante os empréstimos da Transnordestina do BNDES, totalizando R\$ 392.874 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 373.484 em 31 de dezembro de 2010). Esses empréstimos são para fins de financiamento dos investimentos em infraestrutura da Transnordestina. O valor máximo para pagamentos futuros que poderá ser exigido ao avalista conforme a garantia é de R\$ 392.874.

• Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

• Contratos de longo prazo com Namisa

A CSN celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob

este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

31 SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, as Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2011, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitido Certificado de Emissão de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 23 de março de 2011 a 22 de março de 2012, a qual teve sua vigência prorrogada pelo período de 23 de março de 2012 a 30 de junho de 2012. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de R\$ 850.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, CSN Porto Real, Terminal de Cargas TECAR, Terminal TECON, NAMISA e CSN Cimentos. A CSN se responsabiliza por uma faixa de retenção de R\$ 170.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes e co-participará com 53,55% dos riscos que excederem esse valor. A controlada continua trabalhando para reduzir a sua co-participação.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32 EVENTOS SUBSEQUENTES

• Emissão de Bonds

Em 30 de janeiro de 2012, a CSN precificou, através de sua controlada CSN Resources S.A., uma emissão adicional de bônus no valor de US\$ 200 milhões, por meio da reabertura dos bônus de US\$ 1 bilhão, taxa de juros de 6,5% ao ano e vencimento em julho de 2020.

• Incorporação da planta de clínquer

Em 31 de janeiro de 2012, a CSN e sua controlada CSN Cimentos celebraram contrato de compra e venda de estabelecimento comercial da unidade da CSN Cimentos em Arcos (MG). Dessa forma, a planta de clínquer passou a ser uma filial da CSN.

• Compra de ativos do Grupo Alfonso Gallardo

Em 31 de janeiro de 2012, a CSN por meio da sua subsidiária integral CSN Steel, concluiu a aquisição da totalidade das ações detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo nas empresas Stahlwerk Thuringen (SWT) e Gallardo Sections. O valor da operação foi de 482,5 milhões de euros.

A Controlada procederá as alocações do preço de compra aos ativos adquiridos e passivos assumidos e determinação de eventual ágio resultante dessa transação. Até a presente data, a CSN não possui informações suficientes para atender as divulgações relacionadas à aquisição, exigidas pelos pronunciamentos CPC 15 (R1) - Combinação de negócios e IFRS 3 - Business Combination.

• Liquidação de debêntures

Em 01 de fevereiro de 2012, a CSN liquidou as debêntures da quarta emissão no montante de R\$ 635.285 (R\$ 600.000 de principal e R\$ 35.285 juros), as mesmas foram emitidas em 01 de fevereiro de 2006 e iniciaram juros remuneratórios de 103,6% do CDI CETIP.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BENJAMIN STEINBRUCH
Presidente do Conselho de Administração

CLARICE STEINBRUCH
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Conselheiros

RICARDO STEINBRUCH
RUBENS DO SANTOS
LUIZ RODRIGUES CORVO

FÁBIO STEINBRUCH
LEO STEINBRUCH
ELISABETH STEINBRUCH SCHWARZ

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH
Diretor-Presidente

CLARICE STEINBRUCH
Diretora Superintendente e Diretora de Relação com Investidores

CONTADOR

ABELARDO RODRIGUES DOS REIS

CRC: 1RJ101.348/O-0 S SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Vicunha Siderurgia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vicunha Siderurgia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vicunha Siderurgia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Vicunha Siderurgia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Vicunha Siderurgia S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-RJ

São Paulo, 30 de março de 2012

Anselmo Neves Macedo
Contador
CRC 1SP160482/O-6 S-RJ